

ANO XXIII n. 65 7/5/2025

### CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

#### [Resolução CSJT n. 296, de 25 de junho de 2021\\*](#)

Dispõe sobre a padronização da estrutura organizacional e de pessoal e sobre a distribuição da força de trabalho nos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau e dá outras providências.

#### [Anexo](#)

(DEJT/CSJT Adm. 6/5/2025, p. 1-8) \*(Republicada em cumprimento ao art.4º da Resolução CSJT nº 408, de 31.03.2025)

#### [Resolução CSJT n. 410, de 31 de março de 2025\\*](#)

Altera o Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

(DEJT/CSJT Adm. 6/5/2025, p. 20) \*(Republicação)

#### [Resolução CSJT n. 405, de 16 de dezembro de 2024\\*](#)

Aprova a proposta de sistematização do Regimento Interno da Corregedoria-Geral de Justiça do Trabalho.

(DEJT/CSJT Adm. 6/5/2025, p. 8-20) \*(Republicada em cumprimento ao art. 2º da Resolução CSJT n. 410, de 31.3.2025)

#### [Resolução CSJT n. 253, de 22 de novembro de 2019\\*](#)

Dispõe sobre a concessão de férias a magistrados no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º grau.

(DEJT/CSJT Adm. 6/5/2025, p. 20-25) \*(Republicada em cumprimento ao art. 2º da Resolução CSJT nº 409, de 31.3.2025)

#### [Resolução CSJT n. 408, de 31 de março de 2025\\*](#)

Altera a Resolução CSJT n.º 296, de 25 de junho de 2021, que dispõe sobre a padronização da estrutura organizacional e de pessoal e sobre a distribuição da força de trabalho nos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau.

(DEJT/CSJT Adm. 6/5/2025, p. 25-27) \*(Republicação)

#### [Resolução CSJT n. 409, de 31 de março de 2025\\*](#)

Altera a Resolução CSJT n.º 253, de 22 de novembro de 2019, que dispõe sobre a concessão de férias a magistrados no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º grau.

(DEJT/CSJT Adm. 6/5/2025, p. 27) \*(Republicação)

## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

### [Resolução n. 620, de 30 de abril de 2025](#)

Altera a Resolução CNJ nº 557/2024, que institui a Política Pública de Estímulo à Lotação e à Permanência de Magistrados(as) em Comarcas definidas como de difícil provimento. (DJe/CNJ 7/5/2025, p. 2-3)

### [Portaria Presidência n. 117, de 28 de abril de 2025](#)

Institui o regulamento do Prêmio Auditoria de Geração de Valor – Edição 2025. (DJe/CNJ 7/5/2025, p. 4-7)

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

### [Lei nº 15.134, de 6 de maio de 2025](#)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 12.694, de 24 de julho de 2012, e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para reconhecer como atividade de risco permanente as atribuições inerentes ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública e garantir aos seus membros e aos oficiais de justiça medidas de proteção, bem como recrudescer o tratamento penal destinado aos crimes de homicídio e de lesão corporal dolosa contra eles e os membros da Advocacia Pública, desde que no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição.

(DOU 7/5/2025, Seção 1, p. 1-2)

### [Portaria Conjunta DIRBEN/PFE-INSS n. 10, de 25 de abril de 2025](#)

Disciplina o cumprimento da decisão proferida no Agravo de Instrumento Nº 5051614-14.2017.404.000-TRF4, nos autos da Ação Civil Pública Nº 5016901-44.2017.4.04.7200/SC, que determina que o INSS se abstenha de exigir dos beneficiários os valores pagos a eles indevidamente a título de benefício previdenciário e assistencial em decorrência de erros administrativos, nos quais não tenha havido a comprovação da conduta de má-fé ou o dolo do recebedor do benefício.

(DOU 7/5/2025, Seção 1, p. 69-70)